

Musicoterapia Social e Comunitária: ações coletivas em pauta

Community and Social Music Therapy: collective actions at issue

Musicoterapia Social y Comunitaria: acciones colectivas en foco

Andressa Dias Arndt¹

Kátia Maheirie²

Resumo

Neste artigo analisamos os conceitos de sujeito e coletivo presentes em publicações de Musicoterapia que adotam perspectivas sociais e comunitárias na América Latina. Analisamos 85 publicações selecionadas a partir de uma revisão integrativa de literatura. Nossos resultados evidenciaram, por um lado, concepções orientadas por uma leitura social e histórica de sujeito e coletivo e, por outro lado, algumas orientações que partem de perspectivas subjetivistas e individualizantes para pensar essas mesmas categorias. Consideramos que as concepções de sujeito e coletivo orientam e (de)limitam a prática da Musicoterapia em contextos sociais e comunitários na América Latina e são pressupostos para a construção de balizadores teóricos. Por fim, argumentamos que a música pode mediar encontros capazes de promover espaços de partilha e, assim, contribuir no processo de superação de condições de desigualdade social, violência e múltiplas vulnerabilidades.

Palavras-chave: Musicoterapia Social e Comunitária. Sujeito. Coletivo.

Abstract

In this article we analyse the subject and collective concepts present on Music Therapy publications that adopt social and community perspectives in Latin America. We analyzed eighty five publications selected through an integrative literature revision. Our results evidenced, in one way, oriented conceptions by a social and historical literature of the subject and the collective and, by another way, some orientations that come from subjectivists and individualized perspectives to think these same categories. We considered that the conceptions of subject and collective guide and (de)limit the practice of Music Therapy in social and community contexts in Latin America and they are presupposition for the construction of theorists marks. Finally, we argue that music can mediate meetings capable of promoting partition spaces and so, contribute on the overcoming process of social inequality conditions, violence and diverse vulnerabilities.

Keywords: Social and Community Music Therapy. Subject. Collective.

Resumen

En este artículo analizamos los conceptos de sujeto y colectivo, presentes en las publicaciones de Musicoterapia que adoptan perspectivas sociales y comunitarias en América Latina. Analizamos ochenta y cinco publicaciones seleccionadas a partir de una revisión integrativa de literatura. Los resultados dejan en evidencia, por un lado, concepciones orientadas desde una lectura social e histórica del sujeto y colectivo, y por otro lado, algunas

¹ Doutora em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Graduada em Musicoterapia pela Universidade Estadual do Paraná (Unespar). Professora Adjunta no curso de graduação em Musicoterapia da Universidade Estadual do Paraná (Unespar).

² Doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora Titular da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

orientaciones que parten de perspectivas subjetivistas e individualizantes para pensar esas mismas categorías. Consideramos que las concepciones de sujeto y colectivo, orientan y (de) limitan la práctica de la Musicoterapia en contextos sociales y comunitarios en América Latina y son preconceptos para la construcción de señaldadores teóricos. Finalmente argumentamos que la música puede mediar encuentros capaces de promover espacios donde compartir y así, contribuir en el proceso de superación de condiciones de desigualdad social, violencia y múltiples vulnerabilidades.

Palabras clave: Musicoterapia Social y Comunitaria. Sujeto. Colectivo.

Introdução

A partir da realização de uma revisão integrativa de literatura, apresentamos um panorama das formas de se pensar sujeito e coletivo, presentes em publicações sobre Musicoterapia Social e Comunitária na América Latina. Neste artigo, utilizamos a terminologia Musicoterapia Social e Comunitária como uma síntese totalizadora aberta que pretende abranger as formas de se pensar e fazer Musicoterapia que se distanciam das formas convencionalmente postas, que não assumem um fazer terapêutico tradicional e que atuam em contextos sociais e comunitários na América Latina. Na sequência, experimentamos algumas possibilidades de diálogo com autores/as da Psicologia Social e Filosofia Política, considerando que tais articulações podem contribuir para o processo de construção de conhecimento da Musicoterapia Social e Comunitária latino-americana, sobretudo para pensar o sujeito e a potência de ações coletivas.

Neste artigo, discorremos sobre certa polarização nas concepções de sujeito e coletivo presentes nas publicações que analisamos sobre Musicoterapia Social e Comunitária. Por um lado, verificamos perspectivas sócio-históricas para pensar o humano; por outro, identificamos propostas individualizantes e subjetivistas.

A partir daí, tecemos reflexões acerca da relevância de uma perspectiva crítica de sujeito e da superação da cisão eu-coletividade, por meio da compreensão de que as ações coletivas podem apontar para o comum e, assim, mediar processos de expansão nas formas de ser e agir de toda e qualquer pessoa, por meio da inscrição de tensões no campo do instituído. Consideramos que este artigo é também uma forma de inscrição de notas dissensuais, em se tratando do campo convencionalmente posto da Musicoterapia.

É possível notar que, a partir da segunda metade do século XX, a Musicoterapia começa a passar por algumas transformações, não se limitando a modelos que partem de uma orientação biomédica (Arndt & Maheirie, 2019). Tal entrada da Musicoterapia em contextos sociais e comunitários nos impulsiona a analisar quais transformações esse campo de saber tem sofrido, de modo a responder às questões evocadas por esses novos desafios. Dessa forma, buscamos contribuir com o processo de construção de saberes na direção do fortalecimento de perspectivas sociais e comunitárias para a Musicoterapia.

Método

Para construção das informações, realizamos uma revisão integrativa de literatura, buscando por textos publicados entre os anos 2012 e 2017. Uma vez que o recorte de nosso interesse parte de uma perspectiva social e comunitária em Musicoterapia, selecionamos bases de dados mais abertas à publicação de estudos de cunho sociológico que biomédico. Escolhemos também não restringir nossa busca a pesquisa em bases de dados, incluindo outras fontes de informação. Assim, consultamos a BVS – Lilacs, BVS – Index Psicologia, Socindex with Full Text, Sociological Abstracts, Scopus, SciELO, o Banco de Teses e Dissertações da Capes, a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), o buscador Google Acadêmico, as revistas eletrônicas *InCantare* e *Revista Brasileira de Musicoterapia*, e os Anais do VI Congresso Latino Americano de Musicoterapia (CLAM).

As palavras-chave que utilizamos foram: Musicoterapia, Social (tendo como palavras alternativas comunitária/o, preventiva/o, psicossocial) e América Latina (tendo como alternativa a palavra latino-americano/a). Incluímos publicações em inglês, espanhol e português. A partir

dessa busca, chegamos a um total de 564 trabalhos. Depois da leitura dos títulos, palavras-chave e resumos, selecionamos 85 deles para análise. Excluímos publicações de autores que não fossem musicoterapeutas, trabalhos que não abordam a Musicoterapia, e demais textos que tratavam de temas muito distanciados de nosso mote de interesse. Foram também excluídos textos de minicursos, publicados nos Anais do VI CLAM, por não apresentarem discussões teóricas consistentes a ponto de poderem ser analisadas. Dos 85 trabalhos lidos na íntegra, 11 foram descartados porque durante a leitura identificamos que não respondiam aos critérios de inclusão.

Organizamos as informações de modo a conseguir focar trabalhos da Musicoterapia que partem de ou dialogam com perspectivas sociais e comunitárias. A partir daí, criamos distintas categorias, sendo que elegemos para discorrer neste artigo aquela que trata do conceito de sujeito e de coletivo, presente nas publicações analisadas.

Nosso processo de construção e análise das informações buscou inspiração no Método da Igualdade, proposto pelo filósofo Jacques Rancière (2014). Compreendemos o Método, a partir do autor (2009), como sendo um caminho criado pelo/a pesquisador/a, que se circunscreve ao longo da travessia e a partir do encontro com seus outros, que marca o lugar em que se está, mas também impulsiona a criação de outros marcadores, mais alargados, para produção de conhecimento e para as possibilidades de existir.

Os textos analisados nas publicações foram considerados como enunciados, e a criação desta escrita pretendeu ser engendrada de modo a tratar esses enunciados como potentes para “transformar o modo como apreendemos e sentimos o mundo” (Marques & Prado, 2018, p. 45).

Com isso, buscamos criar uma escrita que se encarna como cena de

dissenso (Rancière, 2009; Voigt, 2019) e, durante o processo de análise, buscamos tensionar as informações construídas com os argumentos convencionalmente dados no campo da Musicoterapia. Assim, buscamos atentar para o modo como os discursos e lugares são distribuídos na partilha que opera as formas de ver, ser e pensar o humano para, por meio desse exercício, criar linhas emancipatórias para a construção de saberes e fazeres no contexto social e comunitário da Musicoterapia.

Resultados e discussão

A entrada da Musicoterapia em contextos sociais e comunitários na América Latina tem provocado a criação de alguns deslocamentos identitários nesse campo de saber e prática. Notamos que, com isso, o campo convencional da Musicoterapia tem sido tensionado.

Por convencional compreendemos os contextos nos quais os/as musicoterapeutas estão acostumados a atuar, o ambiente de teorias consolidadas e também tipos de prática da Musicoterapia historicamente estabelecidos (Pavlicevic, 2004). Para Mercédès Pavlicevic (2004, p. 45), há grande distinção entre a Musicoterapia Comunitária e o que ela chama de “modelo de consenso”. Para a autora, a primeira proposta coloca o contexto como tema central de interesse e atuação da Musicoterapia, já “a prática da Musicoterapia tradicional tem, de um modo geral, ignorado territórios socioculturais” (Pavlicevic, 2004, p. 36). Os musicoterapeutas Stige *et al.* (2016) afirmam que a Musicoterapia Convencional nos prendeu a um eu essencial, a uma determinada patologia, à música como reflexo de uma vida intrapsíquica, distanciando-nos de questões políticas, culturais, históricas.

Assim, ao analisarmos as publicações sobre uma Musicoterapia Social e Comunitária, interessou-nos compreender como têm os/as

musicoterapeutas latino-americanos/as criado caminhos para renunciar a essa herança subjetivista e/ou positivista de se pensar e fazer Musicoterapia.

Com os desafios que no campo da Musicoterapia passam a figurar a partir da entrada de perspectivas sociais e comunitárias, alguns/mas musicoterapeutas assumem suas travessias de distanciamento de um tipo de trabalho convencional, ou seja, aquele que busca acolher um sofrimento individualizado, motivado por alguma patologia. Com isso, passam a buscar contribuir com a criação de experiências de superação de condições de múltiplas vulnerabilidades, por meio do fortalecimento e ampliação das relações, de modo a criar estratégias de acesso, promoção e garantia de Direitos Humanos.

Esses novos desafios encontrados por musicoterapeutas em suas atuações na América Latina fazem com que seja posta em questão a suficiência dos modelos convencionais de se pensar e fazer Musicoterapia. Interessa-nos identificar como tais alargamentos na Musicoterapia, dada à entrada de perspectivas sociais e comunitárias, têm transformado a forma de compreender o sujeito e o coletivo.

Concepções de sujeito

Em nosso processo de análise, buscamos rastrear como os/as autores/as pensam o sujeito e notamos que uma parte considerável das publicações não explicita essa questão. De saída, isso já nos move a levantarmos questões sobre a forma de construir conhecimento em Musicoterapia, porque, em nossa opinião, uma visão de humano e de mundo é pressuposto para a prática e para qualquer proposição teórico-epistemológica.

Do total de publicações que analisamos, menos da metade oferece proposições sólidas para pensar o humano – nas que o fazem, percebemos certa polaridade: de um lado, proposições que partem de perspectivas sócio-históricas, de

outro, perspectivas subjetivistas, individualizantes e essencialistas.

No primeiro polo, algumas publicações propõem pensar o sujeito como sendo situado cultural e historicamente, produto e produtor de seu meio (Arndt, Cunha, & Volpi, 2016; Arndt & Maheirie, 2016; Cunha, 2016c; Cunha *et al.*, 2014; Mayer, 2015; Oselame & Carvalho, 2013; Oselame, Machado, & Chagas, 2014; Passos & Wawzyniak, 2015; Santos, 2016; Schapira, 2016). Nessa linha, o sujeito foi apresentado como ser em constante relação, carregando a possibilidade de refletir e agir/atuar sobre o vivido (Arndt, Cunha, & Volpi, 2016; Pelizzari, Rocha, Pereira, Kinigsberg, & Rodríguez, 2016; Siqueira-Silva, 2012; Siqueira-Silva & Nunes, 2015).

Em outro polo, vemos a influência de pensares subjetivistas e individualizantes, que compreendem o sujeito como ser humano sonoro, constituído a partir de experiências sonoro-musicais arquetípicas, desde a gestação (Pinho & Trench, 2012), a proposição de sujeito como tendo uma identidade única (Krob & Silva, 2012), tendo o cuidado como um elemento constituinte da essência humana (Pinho & Trench, 2012). Em um trabalho, encontramos a inferência de que o humano tem a necessidade de expressar seu mundo interno (Almeida *et al.*, 2012). Já em outra publicação, os/as autores/as adotam uma concepção holística do ser, buscando atingir o bem-estar físico, mental e espiritual (Niceias, Karst, Cunha, & Fleury, 2014). Identificamos também uma ancoragem na abordagem transpessoal em Krob (2013), quando pensa o sujeito a partir da Musicoterapia Holística proposta por Carlos Fregtman (1989), para quem o mundo é uma grande amálgama entre magia, natureza e seres. Fregtman (1989) propõe também que em Musicoterapia sejam criados laços de articulação entre o que ele chama de aspectos psicológicos e espirituais.

Consideramos que adotar uma concepção de eu essencial distancia-nos de

uma implicação com as condições sociais operantes. Perspectivas subjetivistas podem nos limitar a uma forma de trabalho centrado no sujeito e perpetuar uma prática encerrada no acolhimento de um sofrimento individualizado. E, não só isso, tais balizadores podem inclusive caminhar na contramão dos processos de alargamento das possibilidades de ser e agir das pessoas, uma vez que carrega em seu cerne a inferência de que o sujeito tem uma identidade única, encerrada e verdadeira.

Concepções de coletivo

Nesta seção apresentamos como o coletivo tem sido pensado. Elegemos o coletivo como uma categoria importante de análise porque nela temos notícias das visões de mundo adotadas nas publicações analisadas e, também, porque ao analisarmos os textos selecionados em nossa revisão integrativa de literatura notamos uma predominância de trabalhos com coletivos (Arndt, 2015; Cunha, 2016a; Cunha 2016b; Cunha *et al.*, 2014; Cunha & Lorenzino, 2012; Faria & Cunha, 2016; Mayer, 2015; Passos & Wawzyniak, 2015; Siqueira-Silva, 2012; Valentin, Sá, & Esperidião, 2013), sobretudo com parcelas da população em situação de vulnerabilidade social, incluindo pessoas em situação de violência, pessoas em situação de rua e pessoas que cometeram ato infracional (Alfonso & Isla, 2016; Arndt, 2015; Campos & Jorge, 2016; Demkura, Alfonso, & Isla, 2016; Esteves, 2013; Fernández-Batanero & Felício, 2016; Gomez, 2016; Juan, 2016; Krob & Silva, 2012; Lindenberg, Valentin, & Conceição, 2016; Montoya, 2016; Passoni, 2016; Peixoto & Teixeira, 2013; Salgado, 2016; Soares, 2016a; Soares, 2016b).

Das publicações que se ocupam em discorrer sobre o coletivo, alguns textos propõem pensá-lo como uma experiência sócio-histórica, que se cria em um determinado tempo e espaço, um encontro em que pessoas distintas criam

interesses/projetos em comum em um contínuo processo de afetar e ser afetado. Essas propostas irão dialogar com perspectivas advindas da Psicologia Sócio-Histórica e/ou da Psicologia Comunitária (Andrade & Cunha, 2015; Arndt, 2015; Cunha, 2016a; Cunha 2016b; Cunha *et al.*, 2014; Faria & Cunha, 2016; Passos & Wawzyniak, 2015; Santos, 2016; Schapira, 2016; Valentin, F. *et al.*, 2015).

Outra perspectiva presente na forma como a categoria do coletivo é pensada parte do paradigma da complexidade. Nessas publicações, encontramos a compreensão de que todos os elementos da realidade estão conectados, de que a comunidade é um sistema complexo, aberto e interligado (Esteves, 2013; Oselame & Carvalho, 2013; Peixoto & Teixeira, 2013). A teoria de Bruno Latour também é mencionada para pensar o coletivo, sobretudo em Siqueira-Silva (2012), quando a autora propõe pensar o coletivo como rede de associação entre humanos e não humanos.

Notamos que, de modo semelhante à categoria de sujeito, nem todos os textos integram a categoria de coletivo em seu bojo. Uma vez que, como vimos, a maioria das publicações selecionadas trata de trabalhos feitos com grupos de pessoas e não de modo individual, consideramos ser relevante fortalecermos nossos pensares sobre essa categoria e a potência de ações comuns/coletivas. Acreditamos que, dessa forma, podemos fortalecer uma perspectiva social e comunitária para a Musicoterapia.

Diálogos possíveis acerca do sujeito e coletivo

Compreendemos que somente atuar em contextos sociais e comunitários não garante a superação de um modo consensual de se pensar e fazer Musicoterapia. É caminho costumeiro reproduzir as práticas consolidadas de terapia de grupo nesses espaços, buscando atuar sobre sintomas e sofrimentos particularizados. Entre as publicações que

analisamos, uma larga parcela perpetua a máxima de que em Musicoterapia o que se pretende são mudanças terapêuticas, orientadas pelo objetivo da promoção de saúde (Esteves, 2013; Fernández-Batanero & Felício, 2016; Gomez, 2016; Lima, 2016; Niedenthal, 2016; Pinho & Trench, 2012; Rosa, 2013; Schapira, 2016). Em alguns casos, buscando o tratamento e/ou alívio de sintomas (Juan, 2016; Krob, 2013; Krob & Silva, 2012).

No entanto, as informações que encontramos no processo de análise também anunciam uma parcela de musicoterapeutas que assume fazeres fugidios, atuando no e com o cotidiano de vida das pessoas, buscando criar fendas no estabelecido, de modo a pôr em questão os reguladores de comportamento, perseguindo a ampliação das possibilidades de ação de coletividades frente a condições de desigualdade e situações de vulnerabilidade (Andrade & Cunha, 2015; Arndt, 2015; Arndt, Cunha, & Volpi, 2016; Arndt & Maheirie, 2016; Cunha, 2016c; Isla, Demkura, Alfonso, & Abramovici, 2016; Lepe & Valenzuela, 2016; Passoni, 2016; Pellizzari, 2016; Rey, 2016; Santana, 2016; Siqueira-Silva, 2012). Nesse nicho, encontramos acenos de uma Musicoterapia que não se encerra na terapêutica individual dos sujeitos; antes, irá tratar da questão do pertencimento social, da criação e fortalecimento de vínculos sociais (Andrade & Cunha, 2015; Niceias *et al.*, 2014; Giraldo, 2016; Olmedo, 2016; Rocha *et al.*, 2016).

A expansão das possibilidades de se fazer Musicoterapia, por meio da cada vez mais crescente consolidação de práticas em contextos sociais e comunitários, encaminha um movimento de investimento em outras formas de concepção de sujeito que superam uma visão individualista e subjetivista do humano.

A perspectiva de humano que adotamos o considera como invenção constante, criação em devir. Assinalamos

com isso a capacidade de toda e qualquer pessoa projetar-se no mundo, por meio da ficcionalidade e, a partir daí, inscrever na cotidianidade tensões nas ordens postas (Sawaia & Maheirie, 2014; Vigotski, 1925/1998). O sujeito é, portanto, um ser que cria sua interpretação sobre o vivido, combina elementos da concretude cotidiana, cria sentidos, é ativo na produção de sua própria existência (Rancière, 2010b). De igual modo, propomos uma concepção de sujeito que não privilegia um aspecto do humano em detrimento de outro, que não reduz o sujeito e não o retalha, superando uma perspectiva de sujeito pautada na cisão corpo-mente, emoção-razão (Sawaia & Maheirie, 2014; Vigotski, 1925/1998).

No entanto, ao tecermos argumentações em torno de perspectivas sociais e comunitárias em Musicoterapia, para além de uma visão crítica de sujeito, é necessário compreender que a superação da cisão eu-coletividade se encarna em ações que apontem para o coletivo/comum e para as possibilidades de ser e atuar no campo do vivido, provocando tensões na ordem vigente (Maheirie, 2019).

Com isso, inserimos como nota importante as condições de existência dos sujeitos, os contextos nos quais suas vidas se inscrevem, as realidades de trabalho, as operações históricas muitas vezes subalternizantes e inferiorizantes.

Ao trabalharmos predominantemente com coletivos, uma questão nos é colocada. Para além de uma concepção de sujeito social e historicamente constituído, somos impulsionados/as a criar reflexões sobre a potência das ações coletivas, dos processos comunitários, de encontros que busquem o fortalecimento de relações, compreendendo o coletivo como “sensibilidades e pensabilidades que se unificam em atos performativos, nos quais o porvir implica abertura a outros possíveis” (Maheirie, 2019, p. 140).

Admitimos que superar uma forma de trabalho individualizante, particularista,

competitiva e serializante (Lapassade, 1983; Sartre, 1979), em que cada um fala de si para o outro, ou, no caso da Musicoterapia, toca/canta algo de si e escuta o fazer musical do outro, não é tarefa fácil. Afinal, a verdade de nosso tempo é a de que o indivíduo, por ele mesmo, deve ser capaz de criar linhas de superação e de sucesso, custe o que custar, tornando quase impossível “compreender por que o homem, que é um ser de relações que sabe que sem o outro não há humanidade, transforma a alteridade em luta contra o outro” (Sawaia, 2000, p. 49). O que vemos em nossas redes sociais, em nosso cotidiano de trabalho, é o imperativo das terapias centradas no eu, esse eu grandioso, narcísico e autossuficiente. A busca incessante pela felicidade, pelo êxito e pelo bem-estar tem alimentado a manutenção de uma moral particular e tem, dessa forma, destituído espaços de sentimento de pertencimento, de construção do senso de coletividade, do sentido do comum. Espaços esses que podem promover suspensões intermitentes das demandas individuais para pensar na coletividade, para criar estratégias de superação das vulnerabilidades experienciadas por uma parcela da população que sofre por ser considerada inferior.

Aqui, vemos uma marca importante: o sofrimento que emerge nas experiências da Musicoterapia em contextos sociais e comunitários na América Latina é um sofrimento ético-político, fruto de uma história de constante subalternização, de impregnação de olhares inferiorizantes, classificatórios, que cristalizam lugares desiguais (Sawaia, 1999a; 1999b; 2009) na partilha da vida comum (Rancière, 2010a).

Quando, ainda que temporariamente, sujeitos suspendem suas ações particularistas em direção ao coletivo, criam possibilidades de rompimento com o instituído, por meio de processos de identificação, sentimento de pertencimento, em que as ações coletivas

“reivindicam um futuro diferente” (Butler, 2018, p. 54). As ações coletivas podem, portanto, ser transformadoras quando apontam para o comum e nele assinalam a possibilidade de expansão das possibilidades de ser e agir de toda e qualquer pessoa.

Com isso, é importante destacar que não há uma anulação das particularidades do sujeito ao laçarem-se à construção do comum. As singularidades e a coletividade não são dicotômicas, antes, assumimos a dialética do singular-coletivo (Maheirie *et al.*, 2012; Prado, 2008; Sawaia, 1996; Sawaia, 2006; Sawaia, 2014). Afinal, pensar no sujeito é pensar, inexoravelmente, em coletividade, uma vez que “a relação que se apresenta entre sujeito e sociedade, entre o nós e o eu, caracteriza-se como processo dialético onde um é condição da existência do outro” (Groff, Maheirie, & Zanella, 2010, p. 98). Assim, essa arena do comum não é campo de nulidades e de uníssonos. Antes, é território de contrapontos e de presença de diferentes vozes (Bakhtin, 1929/2010).

A criação de espaços de sociabilidade, de construção do sentimento de coletividade/comum, é um processo orientado por uma ética em que a busca pela felicidade individual se dá pelo sentimento de pertencimento, do bem comum, em que a busca de um não reduz a existência do outro. Essa compreensão é totalmente diferente de assumir posições subjugadas ao desejo e interesse de outros (Sawaia, 2006; 2014). Do contrário, a construção de projetos em comum, sentidos a partir das singularidades ali existentes, pode aumentar as possibilidades de agir, pensar e sentir das pessoas (Maheirie *et al.*, 2012; Sawaia, 2014).

Há uma potência no agir em comum, em ações coletivas que se lancem a perturbar os estatutos vigentes em prol da invenção de outros mundos possíveis. Em uma perspectiva spinoziana (Spinoza, 1677/2009; 1663/2013), podemos inclusive inferir que “nós não podemos transformar

as sociedades exclusivamente com nossa própria potência” (Sawaia, 2014, p. 12).

Assim, compreendemos que a criação de um comum está atrelada ao atravessamento de encontros experienciados e criados pelo sentimento de um *nós* e não mais de uma unidade isolada, criando dessa forma lugares para chamarmos de nosso, em vistas de horizontes comuns, na compreensão de que cada um/a é a possibilidade de sermos *nós* (Lapassade, 1983; Maheirie *et al.*, 2012; Sawaia, 2006).

O *nós*, portanto, só se dá em ato, por meio de atuações performativas, coletivas, que reivindicam espaços de aparecimento e que perturbem o modo como o aparecimento é registrado pelos sentidos, como nosso corpo é visto e nossa voz escutada, podendo, assim, inaugurar formas de ser e intervir no comum (Butler, 2018; Maheirie, 2019; Rancière, 2009).

Tal qual a Psicologia também precisou fazer (Oliveira & Amorim, 2012), para promover abertura de arenas de denúncia e criação de formas de superação de um sofrimento compartilhado, ético-político, a Musicoterapia Social e Comunitária pode investir na potência das ações coletivas, pois há maior possibilidade de interferir e criar fissuras no campo do estabelecido coletivamente do que por meio de movimentos individuais, pois “se dois se põem de acordo e juntam forças, juntos podem mais” (Spinoza, 1677/2009, p. 18).

Considerações finais

Com as informações que aqui apresentamos, intencionamos ter contribuído para a montagem de cenas de tensão no campo da Musicoterapia e assim encorajar seus alargamentos. Consideramos que as questões que se abrem a esse campo de saber e prática, a partir da entrada de experiências em contextos sociais e comunitários, mobiliza a criação de formas outras para se pensar os sujeitos e a potência do coletivo. Nosso

objetivo foi, para além de promover um espaço de visibilidade para como essas categorias têm sido pensadas, propor uma contribuição para os processos de construção de saberes dessas categorias em Musicoterapia, a partir do diálogo que tecemos neste artigo.

Propomos, portanto, uma forma de pensar-fazer Musicoterapia atenta às condições sócio-históricas, que se faz no diálogo, que coloca em questão o que está posto e com isso abre a possibilidade de o novo se inaugurar.

Acreditamos que as formas de se pensar sujeito e coletivo carregam as visões de mundo que têm balizado e (de)limitado o processo de construção de saberes sobre Musicoterapia Social e Comunitária na América Latina.

Sendo assim, o compromisso da Musicoterapia Social e Comunitária pode ser utilizar a música como mediadora de encontros que possam promover espaços de partilha, de criação de sentidos coletivos, que aumentem a possibilidade de pensar-sentir-agir de todos/as e de qualquer um/a, que expandam os horizontes e assim mobilizem ações conjuntas, fortalecendo as possibilidades de atuar e assinalar tensões em contextos de desigualdade social, violência e múltiplas vulnerabilidades.

Referências

- Alfonso, S., Isla, C., (2016). El ensamble musical como herramienta de intervención comunitaria. Una propuesta desde el hacer musical reflexivo [Resumo] (pp.492-494). *Anais do VI Congresso Latino Americano de Musicoterapia – CLAM*.
- Almeida, T. *et al.* (2012). A relação entre os aspectos sonoro-musicais e a dinâmica do grupo em musicoterapia. *Revista Brasileira de Musicoterapia*, XIV(12), 39-52.

- Andrade, M., & Cunha, R. (2015). A dimensão da saúde no contexto da prática da Musicoterapia Social. *Revista Brasileira de Musicoterapia*, XVII(18), 64-84.
- Arndt, A. (2015). “Mas, nós vamos compor?”: Roda de música como experiência coletiva em um CRAS da região metropolitana de Curitiba. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina.
- Arndt, A., Cunha, R., & Volpi, S. (2016). Aspectos da prática musicoterapêutica: contexto social e comunitário em perspectiva. *Psicologia & Sociedade*, 2(28), 387-395. Recuperado em 24 março, 2020, de <http://dx.doi.org/10.1590/1807-03102016v28n2p387>.
- Arndt, A., & Maheirie, K. (2016). O fazer musical coletivo em contexto socioassistencial [Resumo] (pp. 283-287). *Anais do VI Congresso Latino Americano de Musicoterapia – CLAM*.
- Arndt, A., & Maheirie, K. (2019). Musicoterapia: dos fazeres biomédicos aos saberes sociocomunitários. *Rev. Polis e Psique*, 9(1), 54-71. Recuperado em 24, março, 2020, de https://seer.ufrgs.br/PolisePsique/article/view/80215/pdf?fbclid=IwAR3X31CAAB05PCKqmvKSkxQNEnePn7_U9bz2CxbHgYgSLfJlVwcBio21Gw.
- Bakhtin, M. (2010). *Problemas da poética de Dostoiévski* (5a ed., P. Bezerra, Trad.). Rio de Janeiro: Forense Universitária. (Original publicado em 1929).
- Butler, J. (2018). *Corpos em aliança e a política das ruas. Notas para uma Teoria Performativa de Assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Campos, A., & Jorge, M. (2016). Musicoterapia Comunitária à luz da abordagem junguiana [Resumo] (pp. 213-216). *Anais do VI Congresso Latino Americano de Musicoterapia – CLAM*.
- Cunha, R. (2016a). Musicoterapia Social e Comunitária [Resumo] (pp. 556-60). *Anais do VI Congresso Latino Americano de Musicoterapia – CLAM*.
- Cunha, R. (2016b). Musicoterapia Social e Comunitária: uma organização crítica de conceitos. *Revista Brasileira de Musicoterapia*, XVIII(21), 93-116.
- Cunha, R. (2016c). Uma perspectiva da atividade musical em grupo: Musicoterapia Social e Comunitária. *Cuadernos de Música, Artes Visuales y Artes Escénicas*, 11(2), 239-251. Recuperado em 24 março, 2020, de <http://dx.doi.org/10.11144/Javeriana.mavae11-2.upam>.
- Cunha, R. *et al.* (2014). Musicoterapia e processo grupal: prática musical coletiva com alunos da segunda série do ensino básico. *Revista InCantare*, 6, 65-86.
- Cunha, R. & Lorenzino, L. (2012). The secondary aspects of collective music-making. *Research Studies in Music Education*, 34, 73-88. Retrieved March 24, 2020, from <https://doi.org/10.1177/1321103X12439134>.
- Demkura, M., Alfonso, S., & Isla, C., (2016). La dimensión performativa del hacer musical reflexivo. Relato de una experiencia con mujeres [Resumo] (pp. 253-257). *Anais do VI*

- Congresso Latino Americano de Musicoterapia – CLAM.*
- Esteves, M. (2013). A paisagem sonora contemporânea do bairro da rocinha na perspectiva histórica da construção da identidade social, influências étnicas e implicações comportamentais sob a ótica da Musicoterapia. *Revista Brasileira de Musicoterapia*, XV(14), 43-51.
- Faria, B., & Cunha, R. (2016). Musicoterapia em grupo com crianças no transtorno do espectro autista: manifestações musicais e socioculturais [Resumo] (pp. 222-225). *Anais do VI Congresso Latino Americano de Musicoterapia – CLAM.*
- Fernández-Batanero, J., & Felício, J. (2016). Musicoterapia e integración social en menores infractores: un estudio de casos. *Perfiles Educativos*, 38(152), 163-180.
- Fregtman (1989). *Cuerpo – Musica Y Terapia*. São Paulo: Cultrix.
- Gomez, J. (2016). Resignificación de hechos violentos: “experiencias con personas mayores víctimas del conflicto armado en Colombia” [Resumo] (pp. 504-506). *Anais do VI Congresso Latino Americano de Musicoterapia – CLAM.*
- Giraldo, V. (2016). Musicoterapia con docentes, reconociendo las sonoridades y habilidades musicales propias, hacia lo comunitario [Resumo] (pp. 278-282). *Anais do VI Congresso Latino Americano de Musicoterapia – CLAM.*
- Groff, A., Maheirie, K., & Zanella, A. (2010). A constituição do(a) pesquisador(a) em Ciências Humanas. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 62(1), 97-103.
- Recuperado em 24 março, 2020, de <http://seer.psicologia.ufrj.br/index.php/abp/article/view/477/399>.
- Isla, C., Demkura, M., Alfonso, S., & Abramovici, G. (2016). El hacer musical reflexivo, una perspectiva en Musicoterapia Comunitaria y Popular [Resumo] (pp. 247-252). *Anais do VI Congresso Latino Americano de Musicoterapia – CLAM.*
- Juan, T. (2016). Music therapy for women survivors of intimate partner violence: an intercultural experience from a feminist perspective. *The Arts in Psychotherapy*, 48, 19-27.
- Krob, D. (2013). *Desconstruindo Amélias: musicoterapia com mulheres em situação de violência doméstica sob a ótica da teologia feminista*. Dissertação de mestrado, Faculdades EST, São Leopoldo, Rio Grande do Sul.
- Krob, D., & Silva, L. (2012). “Comigo não, violão!”: Musicoterapia com mulheres em situação de violência doméstica. *Revista Brasileira de Musicoterapia*, XIV(13), 27-38.
- Lapassade, G. (1983). Dialética dos grupos, das organizações e das instituições. In *Grupos, organizações e instituições* (pp. 227-253). Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Lepe, C., & Valenzuela, P. (2016). Musicoterapia para un re-encuentro: “Taller de autocuidado para madres de niños y jóvenes con parálisis cerebral [Resumo] (pp. 230-233). *Anais do VI Congresso Latino Americano de Musicoterapia – CLAM.*
- Lima, B. (2016). A importância do musicoterapeuta no hospital psiquiátrico [Resumo] (pp. 532-536).

- Anais do VI Congresso Latino Americano de Musicoterapia – CLAM.*
- Lindenberg, A., Valentin, F., & Conceição, M. (2016). A catarse nas intervenções em musicoterapia comunitária [Resumo] (pp. 238-241). *Anais do VI Congresso Latino Americano de Musicoterapia – CLAM.*
- Maheirie, K. (2019). Grupos e ações coletivas como objetos de análise e foco nas intervenções psicossociais. In F. Costa & M. Mesquita (Orgs.). *Psicologia Política no Brasil e enfrentamentos a processos antidemocráticos* (pp. 123-142). Maceió, Alagoas: Edufal.
- Maheirie, K. et al. (2012). Coletivos e relações estéticas: alguns apontamentos acerca da participação política. In C. Mayorga, L. Castro & M. Prado (Orgs.). *Juventude e a experiência da política no contemporâneo* (pp. 143-167). Rio de Janeiro: Contra Capa.
- Marques, A., & Prado, M. A. M. (2018). *Diálogos e dissidências: Michel Foucault e Jacques Rancière*. Curitiba: Appris.
- Mayer, G. (2015). *Dialogando com adolescentes sobre educação em saúde: a contribuição da Musicoterapia Comunitária*. Dissertação de mestrado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, Rio Grande do Sul.
- Montoya, C. (2016). Incorporación del ritual del pagamento en una intervención musicoterapéutica, con víctimas del conflicto armado colombiano [Resumo] (pp. 226-229). *Anais do VI Congresso Latino Americano de Musicoterapia – CLAM.*
- Nascimento, R., Pellizzari, P., Paula, K., & Barros, R. (2016). Musicoterapia preventiva psicossocial na Educação: panorama dos diálogos generativos de saúde comunitária/social [Resumo] (pp. 308-312). *Anais do VI Congresso Latino Americano de Musicoterapia – CLAM.*
- Niceias, M., Karst, L., Cunha, E., & Fleury, E. (2014). A promoção dos direitos humanos dos outros sob uma perspectiva da ética da alteridade: uma escuta à criança com câncer. *Revista Brasileira de Musicoterapia*, XVI(16), 48-61.
- Niedenthal, R. (2016). Todos hacemos música [Resumo] (pp. 61-63). *Anais do VI Congresso Latino Americano de Musicoterapia – CLAM.*
- Oliveira, I. F., & Amorim, K. M. O. (2012). Psicologia e Política Social: o trato da pobreza como “sujeito psicológico”. *Psicologia Argumento*, 30(70), 559-566.
- Olmedo, M. C. (2016). Musicoterapia Transcultural y Comunitaria con pueblos originarios: “Qomi-Qompi”: Taller de canciones en lengua Qom [Resumo] (pp. 234-237). *Anais do VI Congresso Latino Americano de Musicoterapia – CLAM.*
- Oselame, M., & Carvalho, F. (2013). A pesquisa em Musicoterapia no cenário social brasileiro. *Revista Brasileira de Musicoterapia*, XIV(14), 67-80.
- Oselame, M., Machado, R., & Chagas, M. (2014). Um estudo sobre as práticas da Musicoterapia em direção à promoção da saúde. *Revista Brasileira de Musicoterapia*, XVI(16), 102-121.

- Passoni, T. (2016). Fortalecendo os vínculos familiares e comunitários através da Musicoterapia no município de Salto – SP – Relato de vivência com idosos [Resumo] (pp. 270-273). *Anais do VI Congresso Latino Americano de Musicoterapia – CLAM*.
- Passos, A., & Wawzyniak, S. (2015). Musicoterapia Crioula: estudo dos elementos característicos da brincadeira de roda de Tambor de Crioula em práticas musicoterápicas. *Revista InCantare*, 6(2), 30-51.
- Pavlicevic, M. (2004). Learning from *Themba lethu*: Towards Responsive and Responsible Practice in Community Music Therapy. In M. Pavlicevic & G. Ansdell (Orgs.). *Community Music Therapy* (pp. 35-47). Londres: Jessica Kingsley Publishers.
- Peixoto, M., & Teixeira, C. (2013). Musicoterapia Comunitária: contribuição para a saúde mental da comunidade. *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental*, 5(11), 102-113.
- Pelizzari, P., Rocha, S., Pereira, A., Kinigsberg, F., & Rodríguez, R. (2016). Experiencias conjuntas en Latinoamérica: teoría y prácticas colaborativas en Musicoterapia preventiva comunitaria [Resumo] (pp. 490-491). *Anais do VI Congresso Latino Americano de Musicoterapia – CLAM*.
- Pinho, M., & Trench, B. (2012). Musicoterapia e o cuidado ao cuidador: uma experiência junto aos agentes comunitários de saúde da favela Monte Azul. *Revista Brasileira de Musicoterapia*, XIV(13), 53- 65.
- Prado, M. A. M. (2008). Psicologia e comunidade: a utopia dos projetos científicos. In A. Zanella *et al.* (Org.). *Psicologia e práticas sociais* (pp. 210-220). Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- Rancière, J. (2009b). *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: Editora 34.
- Rancière, J. (2010a). A estética como política. *Devires – Cinema e Humanidades*, 7(2), 14-36.
- Rancière, J. (2010b). O espectador emancipado (D. Ávila, Trad.). *Urdimento – Revista de Estudos em Artes Cênicas*, 1(15), 107-122.
- Rey, S. (2016). Laboratorio de investigación sonora. Cruces entre Tecnología y musicoterapia / Autoconstrucción de instrumentos y empoderamiento / Instrumentos gigantes para intervenciones comunitarias [Resumo] (pp. 475-497). *Anais do VI Congresso Latino Americano de Musicoterapia – CLAM*.
- Rocha, S. *et al.* (2016). Musicoterapias Preventiva e Psicossocial na Educação: panorama dos diálogos generativos de saúde comunitária/social [Resumo] (pp. 308-312). *Anais do VI Congresso Latino Americano de Musicoterapia – CLAM*.
- Rosa, S. (2013). *Musicoterapia e cuidado humano: a música e a reabilitação de pessoas que fazem uso abusivo de substâncias psicoativas*. Dissertação de mestrado, Faculdades EST, São Leopoldo, Rio Grande do Sul.
- Salgado, A. (2016). Programa piloto de Musicoterapia para la reparación psicosocial de adolescentes víctimas del conflicto armado colombiano [Resumo] (pp. 217-221). *Anais do VI*

- Congresso Latino Americano de Musicoterapia – CLAM.*
- Santana, F. S. (2016). *A Musicoterapia na política nacional de assistência social*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás.
- Santos, H. (2016). O rap e o funk em atendimentos musicoterapêuticos em uma unidade socioeducativa. *Revista InCantare*, 7(2), 1-133.
- Sartre, J. P. (1979). *Crítica de la razón dialéctica*. Buenos Aires: Losada.
- Sawaia, B. (1996). Comunidade: a apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. In R. Campos (Org.). *Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia* (pp.35-55). Petrópolis: Vozes.
- Sawaia, B. (1999a). Comunidade como Ética e estética da existência: uma reflexão mediada pelo conceito de identidade. *PSYKHE*, 8(1), 19-25.
- Sawaia, B. (1999b). O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In B. Sawaia (Org.). *As Artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp. 97-118). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Sawaia, B. (2000). A emoção como *locus* de produção do conhecimento – Uma reflexão inspirada em Vygotsky e no seu diálogo 164 com Espinosa. In *II Conferência de Pesquisa Sociocultural*. Recuperado em 24 março, 2020, de <https://www.fe.unicamp.br/br2000/indit.htm>.
- Sawaia, B. (2006). Psicologia Social: aspectos epistemológicos e éticos. In S. Lane & B. Sawaia (Orgs.). *Novas veredas da Psicologia Social* (pp. 45-54). São Paulo: Brasiliense; Educ.
- Sawaia, B. (2009). Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. *Psicologia & Sociedade*, 21(3), 364-372.
- Sawaia, B. (2014). Transformação social: um objetivo pertinente à Psicologia Social?. *Psicologia & Sociedade*, 26(n. esp. 2), 4-7.
- Sawaia, B., & Maheirie, K. (2014). A Psicologia Sócio-Histórica: um referencial de análise e superação da desigualdade social. *Psicologia & Sociedade*, 26(n. esp. 2), 1-3.
- Schapira, D. (2016). Reflexiones acerca del ser musicoterapeuta [Resumo] (pp. 34-49). *Anais do VI Congresso Latino Americano de Musicoterapia – CLAM*
- Siqueira-Silva, R. (2012). *Grupos musicais em Saúde Mental: conexões entre estética musical e práticas musicoterápicas*. Tese de doutorado, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.
- Siqueira-Silva, R., & Nunes, J. A. (2015). Quando a terapia se torna arte: Teoria Ator-Rede e cocriação musical. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 15(4), 1238-1257.
- Soares, H. (2016a). O rap e o funk carioca em atendimentos musicoterapêuticos com adolescentes privados de liberdade [Resumo] (pp. 242-246). *Anais do VI Congresso Latino Americano de Musicoterapia – CLAM*.

- Soares, H. (2016b). O rap e o funk em atendimentos musicoterapêuticos em uma unidade socioeducativa. *Revista InCantare*, 7(2), 106-121.
- Spinoza, B. (2009). *Tratado político* (D. P. Aurélio, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1677).
- Spinoza, B. (2013). *Ética* (T. T. Silva, Trad.). Belo Horizonte: Autêntica Editora. (Original publicado em 1663).
- Stige, B., Ansdell, G., Elefant, C., & Pavlicevic, M. (2016). *Where music helps: Community Music Therapy in action and reflection*. Londres: Routledge.
- Valentin, F., Sá, L., & Esperidião, E. (2013). Prática musicoterapêutica em grupo: planejar para intervir. *Revista Brasileira de Musicoterapia*, XV(15), 118-131.
- Valentin, F. *et al.* (2015). Música e Musicoterapia com famílias: uma revisão sistemática. *Revista Brasileira de Musicoterapia*, XVII(18), 25-42.
- Vigotski, L. S. (1998). *Psicologia da Arte*. São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1925).
- Voigt, A. (2019). O conceito de “cena” na obra de Jacques Rancière: a prática do “método da igualdade”. *Kriterion*, 142, 23-41.

Recebido em: 24/3/2020
Acesso em: 30/4/2020